

## CHAMADA DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO COLETIVA

### “30 ANOS DE CONSTITUIÇÃO FEDERAL: DILEMAS E PERSPECTIVAS”

Os professores abaixo assinalados, docentes dos Cursos de Direito das Universidades e Centros Universitários de Fortaleza, tornam público o presente Edital, com chamada de trabalhos para publicação de obra coletiva, em homenagem aos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em **formato eletrônico**, com lançamento previsto para o início do **segundo semestre letivo de 2018**.

1. Os trabalhos devem ser originais e inéditos.
2. O conteúdo dos trabalhos, os conceitos e as informações neles contidos são de inteira responsabilidade de seus autores.
3. Os trabalhos deverão ser escritos por **alunos dos cursos de graduação ou pós-graduação em Direito** (lato ou *stricto sensu*) **em coautoria com docente mestre ou doutor da mesma instituição**.
4. Cada autor, exceto o docente, só poderá enviar, no máximo, 2 (dois) artigos.
5. Cada artigo poderá conter, no máximo, 3 (três) coautores, todos da mesma instituição.
6. Os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas e seguir o modelo de formatação disposto no Anexo I e, subsidiariamente, as regras da ABNT.
7. Deverá ser indicado, na submissão, em qual dos temas a seguir o trabalho se encaixa:
  - a) Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional
  - b) Jurisdição Constitucional e Democracia
  - c) Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais
  - d) A Proteção Constitucional das Minorias e da Diversidade
  - e) Direito Constitucional Internacional e sistemas de proteção dos direitos humanos
  - f) Organização do Estado e Administração Pública
  - g) Separação dos Poderes da República
  - h) Direito Constitucional das Crises
  - i) Ordem tributária e financeira
  - j) Direitos econômicos e Ordem Econômica
  - k) Direitos sociais e Ordem Social
  - l) Proteção Constitucional ao Meio Ambiente e Direitos da Natureza

**Obs.** O conteúdo programático respectivo a cada um dos temas encontra-se no Anexo II.

8. Havendo o enquadramento em mais de um tema, recomenda-se indicar os temas em ordem de pertinência.

**9. Os trabalhos deverão ser submetidos em formato DOC, DOCX ou ODT até o dia 30 de junho de 2018 ao e-mail do docente organizador da respectiva instituição, sob pena de rejeição.**

**10. Será indicado para publicação pelo respectivo docente organizador de cada instituição o melhor trabalho em cada um dos temas.**

**11.** A aprovação do trabalho implica **cessão imediata do direito de primeira publicação, independentemente de documento específico de autorização, sem quaisquer ônus**, permanecendo com os autores os direitos autorais para publicações posteriores, desde que indicada a primeira publicação.

**12.** Os autores autorizam os organizadores a efetuarem correções ou modificações para adequar o texto às normas de publicação.

**13.** A publicação não terá custos aos autores.

**14.** As dúvidas relacionadas a este edital deverão ser encaminhadas por e-mail aos coordenadores da obra, e serão respondidas em prazo hábil.

Fortaleza, 24 de abril de 2018.

**Prof. Dr. William Paiva Marques Junior**

Coordenador do Centro de Estudos de Direito Constitucional  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
williamarques.jr@gmail.com

**Profa. M.Sc. Tainah Simões Sales**

Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito e Política  
Universidade de Fortaleza (Unifor)  
tainahsales@gmail.com

**Profa. Dra. Gabriela Pimentel Pessoa**

Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito e Ambientes Virtuais  
Centro Universitário Estácio do Ceará  
gabriela.pessoa@estacio.br

**Prof. M.Sc. João Gabriel Laprovitera Rocha**

Centro Universitário Farias Brito (FB Uni)  
joagabrielrocha@yahoo.com.br

**Prof. M.Sc. Álisson José Maia Melo**

Coordenador do Programa STF em Debate  
Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7)  
alisson.melo@uni7.edu.br

**Prof. M.Sc. José Evandro Alencar Correia**

Coordenador do Núcleo de Teoria e Direito Constitucional  
Centro Universitário Christus (Unichristus)  
evandrocorreia@hotmail.com

**Prof. M.Sc. Igor Moura Rodrigues**

Coordenador do Grupo de Pesquisa em Direito e Política  
Centro Universitário UniFanor | Wyden (UniFanor)  
igormoura.r@gmail.com

**ANEXO I**  
**MODELO DE FORMATAÇÃO**

**TÍTULO CENTRALIZADO – TIMES - TAMANHO 12 - LETRAS  
MAIÚSCULAS – ESPAÇAMENTO 1,5**

**Nome completo do Autor em negrito e tamanho 12<sup>1</sup>**

**Resumo:** O nome “Resumo” deverá estar em negrito e em tamanho 12. Texto: tamanho 12, sem parágrafo, sem espaçamento entre linhas. Sem abstract.

**Palavras-chave:** No máximo cinco, separadas por ponto final.

## **1 INTRODUÇÃO**

Texto – Times new Roman – tamanho 12 – espaçamento entre linhas 1,5 cm - parágrafo 2 cm – Configuração da página: Margens superior e esquerda com 3 cm e Inferior e Direita com 2 cm. Citações de até três linhas: no próprio corpo do texto, com aspas. Citações longas: recuo de 4cm, tamanho 10, sem aspas, espaçamento simples.

Não deve haver espaço entre parágrafos.

Para palavras estrangeiras, utilizar o *itálico*.

Iremos utilizar o sistema Autor-data. Dessa forma:

“lalalala” (SOBRENOME, ANO, p.)

Ou: Segundo Fulano (ANO, p. )....

## **2 TÍTULO DO TÓPICO – LETRAS MAIÚSCULAS – TODO EM NEGRITO – TAMANHO 12, ESPAÇAMENTO ENTRE LINHAS 1,5 CM**

Cada seção deve possuir um texto correspondente

### **2.1 Subtópicos: só a primeira letra maiúscula, negrito, times, tamanho 12**

*2.1.1 Para mais divisões: itálico, tamanho 12*

## **3 CONCLUSÃO**

**REFERÊNCIAS** (e não referências bibliográficas. Seguem alguns exemplos. O espaçamento aqui é simples)

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de graduação em Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Pesquisador(a) do Programa Aluno Voluntário de Iniciação Científica (PAVIC), integrante do projeto de pesquisa intitulado “a efetivação dos direitos sociais e o controle jurisdicional das políticas públicas sociais”, de coordenação da profa. Tainah Simões Sales. Email:

**\*Capítulo de livro (coletânea de vários artigos):**

ALFONSIN, Jacques Távora. A função social da cidade e da propriedade privada urbana como propriedade de funções. In: **Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade**. ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2006.

**\*Dissertações, teses, monografias:**

BESSA, Eli Meneses. **Ações coletivas de regularização fundiária urbana como instrumento para a concretização do direito fundamental à moradia no Brasil**. 2002. 184f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

GOUVÊA, Vanessa Moraes de. **Da usucapião especial coletiva urbana: aplicabilidade ao caso concreto da Comunidade da Vila Santa Rosa**. São José, UNIVALI, 2007. 93p. Monografia (Graduação em Direito). Faculdade de Direito, Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

**\*Livros:**

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função: novos estudos de teoria do direito**. São Paulo: Manole, 2007.

**\*Revistas científicas:**

CAVALCANTE, Priscila. O direito à moradia: construção da dignidade no espaço urbano. **Revista do programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA)**, Salvador, n. 14, p. 379-418, 2007.1.

FALCÃO, Joaquim. Um novo marco legal para o direito da moradia popular. **Conjuntura econômica**, São Paulo, v. 4, n. 21, p. 63-65, dez./jan. 2009.

**\*Sites oficiais:**

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/indicadores-sociais/deficit-habitacional-no-brasil>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

**\*Reportagens:**

MORTE no transporte escolar. **Diário do Nordeste Online**, Fortaleza, 26 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2005. (quando não tem o nome do autor do texto)

SILVA, Maria. Crimes da era digital. **Infonews**, Rio de Janeiro, nov., 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brasilnet.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 1998. (quando tem o nome do autor do texto)

**\*Referências legislativas:**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n. 97.427, de 05 de janeiro de 1989. **Autoriza o funcionamento do Curso de Farmácia do Centro de Ensino Superior do Pará**. Disponível em: <.....>. Acesso em: 2 nov. 2014.

**\*Jurisprudências:**

TJPR, Apelação 845171-2, Rel. Min. José Carlos Dalacqua, 17ª Câmara Cível, julgado em 06.06.2012, DJE de 19.06.2012, p. 886. Disponível em: <<http://www.tjpr.jus.br>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

TJRJ, Ap.Cív. 2008.001.49969, Rel. Des. Binato de Castro, 12ª Câm. Cív., j. 10.02.2009, DJ de 06.04.2009, p. 217-227. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **a) Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional**

Poder constituinte originário e derivado. A evolução do constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. A formação constitucional brasileira. O processo constituinte de 1988. Preâmbulo. ADCT. Interpretação e aplicação da constituição. Hermenêutica constitucional.

#### **b) Jurisdição Constitucional e Democracia**

A constituição de 1988 e o Estado Democrático de Direito no Brasil. Controle de constitucionalidade. Mutação constitucional. Crise de representatividade política. O STF como Corte política. Ativismo judicial. Judicialização da política. Os rumos da democracia representativa brasileira. Democracia participativa. Participação popular.

#### **c) Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais**

Eficácia das normas constitucionais. Princípios e regras. Princípios fundamentais da República. Direitos e garantias individuais. Liberdades fundamentais. Direitos de personalidade. Direitos fundamentais processuais. Remédios constitucionais. Direitos políticos.

#### **d) A Proteção Constitucional das Minorias e da Diversidade**

Ações afirmativas. Sistema de cotas. Proteção da raça negra. Índios. Quilombolas. Desigualdade de gênero. Violência de gênero. A proteção ao movimento LGBT. As novas formas de parentalidade e de família. Crianças. Adolescentes. Jovens. Idosos. Deficientes. Vulnerabilidade de grupos minoritários. Exclusão por motivos de raça, etnia, gênero, cultura, cor, religião, sexo, entre outros.

#### **e) Direito Constitucional Internacional e sistemas de proteção dos direitos humanos**

Incorporação dos tratados de direitos humanos no Brasil. Meios de compatibilização e prevenção de conflitos entre as jurisdições internacional e nacional. Organismos internacionais de proteção dos direitos humanos. Refugiados no Brasil. Multiculturalismo. Controle de convencionalidade. Nacionalidade e extradição.

#### **f) Organização do Estado e Administração Pública**

Federalismo no Brasil. Entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Autonomia dos entes federativos. Distribuição de bens. Sistema de distribuição de competências. Conflitos de competências. Distribuição de rendas. Federalismo fiscal. Federalismo cooperativo e soluções coordenadas. Federalismo assimétrico. Princípios da Administração Pública na Constituição. Regime jurídico-constitucional dos servidores públicos. Previdência no serviço público. Planejamento e incentivos regionais.

#### **g) Separação dos Poderes da República**

Separação dos Poderes no Brasil. Organização do Poder Executivo. Presidencialismo. Parlamentarismo. Administração Pública. Princípios da Administração Pública.

Organização do Poder Legislativo. Imunidades. Perda de mandato. Processo Legislativo. Organização e garantias do Poder Judiciário. Foro por prerrogativa de função. Tribunais de Contas. Poder Judiciário: prerrogativas, garantias e vedações. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública. Advocacia.

#### **h) Direito Constitucional das Crises**

Intervenção da União nos Estados. Intervenção do Estado nos Municípios. Representação interventiva. Impeachment. Forças Armadas. Segurança pública. Polícia. Estado de Defesa. Estado de Sítio.

#### **i) Ordem tributária e financeira**

Sistema Tributário Nacional. Direito constitucional tributário. Tributação e orçamento. Limitações no poder de tributar. Os aspectos constitucionais dos tributos em espécie. Repartição tributária. Finanças públicas. Transparência. Lei de Responsabilidade Fiscal. Gestão orçamentária. Orçamento participativo. O papel do Banco Central. Tribunais de Contas.

#### **j) Direitos econômicos e Ordem Econômica**

Ordem econômica no Brasil. Mercado: patrimônio nacional e regulação pelo Estado. Princípios da ordem econômica. Mecanismos de intervenção do Estado nas atividades econômicas. Intervenção direta: concorrência e monopólio. Intervenção indireta: planejamento, regulação e indução dos agentes econômicos. Exploração de recursos minerais. Consumidor. Mobilidade urbana. Política urbana e direito à cidade. Função social das propriedades, dos contratos e das empresas. Transportes. Turismo. Política agrícola, política fundiária e reforma agrária. Sistema Financeiro Nacional.

#### **k) Direitos sociais e Ordem Social**

Direitos sociais. Mínimo existencial e reserva do possível. Direitos constitucionais trabalhistas. Constitucionalização dos sindicatos. Proteção constitucional à Seguridade social, Saúde, Previdência social, Assistência social, Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação, Família, Infância e Juventude. Direito à moradia.

#### **l) Proteção Constitucional ao Meio Ambiente e Direitos da Natureza**

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Desenvolvimento sustentável. Função socioambiental da propriedade. Princípios ambientais. A proteção dos ecossistemas. Educação ambiental. Direitos da Natureza. Biocentrismo. O Bem Viver.